



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025

ID DE CONTRATAÇÃO CIDADES nº 2025.030E0700001.01.0012

OBJETO: TRATA-SE DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA**, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEME.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 174.386,05

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 24/07/2025 ÀS 08:05 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: NÃO

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 020/2025

ID DE CONTRATAÇÃO CIDADES nº 2025.030E0700001.01.0012

O **MUNICÍPIO DE IBIRAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Conde D'Eu, nº 486, Centro - Ibiraçu/ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.208/0001-17, representado pelo Prefeito Exmº. Sr. **EDUARDO MAROZZI ZANOTTI**, por intermédio de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 26.560/2025 de 09/04/2025, a pedido da Secretaria Municipal de Educação – SEME, torna público para o conhecimento dos interessados, que na data, horário, e local abaixo, realizará licitação na modalidade **PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA**, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e de forma subsidiária a Lei Complementar nº 123/2006, e demais exigências previstas neste Edital e seus Anexos.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases, onde os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, denominado Pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a plataforma “Portal de Compras Públicas” no sítio eletrônico de Cadastro no Sistema <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, as normas contidas na Lei nº 14.133/2021.

O Edital poderá ser obtido de segunda a sexta-feira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibiraçu -ES, situada na Avenida Conde D'Eu, s/nº, Centro, no horário das 07h às 11h e das 12h às 16h, e nos seguintes endereços eletrônicos: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e <https://www.ibiracu.es.gov.br/>.

Serão observadas as seguintes datas e horários para os procedimentos:

Data inicial para recebimento das propostas	Às 08:00horas do dia 09/07/2025.
Limite para acolhimento das propostas	Às 08:00horas do dia 24/07/2025.
Início da sessão para lances	<u>Às 08:05horas do dia 24/07/2025.</u>

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: Pregoeira Sr.^a Luana Guasti, e-mail: licitacao.ibiracu@gmail.com – Telefone: (27) 3257-0500 / 99887-0458, de 07h às 11h e das 12h às 16h.

Secretaria Municipal de Educação - SEME, e-mail: sec.educacao@ibiracu.es.gov.br, Tel (27) 3257-0571 de 07h às 11h e das 12h às 16h.

1. DO OBJETO



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

1.1 O objeto da presente licitação é a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Monitoramento 24 Horas, Manutenção, Instalação, Reinstalação, Ampliação, Substituição e Aquisição dos Equipamentos de Segurança Eletrônica**, durante o ano letivo, para atender as Escolas CEI “Branca de Neve”, CEI “Cachinho de Ouro”, CEI “Chapeuzinho Vermelho”, EMEIEF “Profª Elzita Barbarioli”, EMEIEF “Profª Ericina Macedo Pagiola”, EMEF “Maria Lucas Gomes”, EMEI “Daniel Comboni”, EMPEIEF “Pendanga”, EMEI “Gente Miúda” EMEF “Padre Carlos Furbetta”, EMEF “Vereador Leandro Zinger”, Associação Pestalozzi de Ibiraçu e Secretaria Municipal de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, solicitadas por meio do Processo nº 3278/2025 de 28/05/2025.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, devidamente detalhada no planejamento do governo e na Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2025, na seguinte classificação abaixo

Nomenclatura	Código	Descrição
Órgão	090	Secretaria Municipal de Educação - SEME
Unidade	001	Manutenção de Desenvolvimento da Educação
Dotação	0900011212200302.049 0900011236100302.054 0900011236500302.144	Manutenção das Atividades da SEME Manutenção e Regência do Ensino Fundamental Manutenção e Regência da Primeira Infância
Elemento de Despesa	33903900000 44905200000	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recurso	150000250000 155000000000 150000009999 172000000000 154000700000	Receita de impostos e de transferência de Impostos – MDE Transferência do salário educação Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências de Impostos Transferência da União Referentes às Participações na Exploração de Petróleo Transferência do FUNDEB
Ficha	0000408, 0000419, 000443 0000454, 0000499, 000509	

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão Eletrônico, todos os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

- 3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do SICAF até o 3º (terceiro) dia útil à data prevista para o recebimento das propostas.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006:
- 3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme disposto no artigo 4º, §1º da Lei nº 14.133/2021.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.9.1 A vedação para a participação de consórcio na presente contratação se traduz pelo escopo do próprio objeto, vez que não se enquadra em hipóteses de permissividade de situação para formação de consórcios e suas participações, de tal forma que a competitividade poderá restar prejudicada, neste caso.

3.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. De acordo com o que determina o artigo 17 da Lei nº 14.133/2021, em seu inciso IV, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública.**



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

- 4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - 4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - 4.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Valor Global;
 - 5.1.2. Marca, quando for o caso e conforme artigo 41 da Lei nº 14.133/2021.
 - 5.1.3. Fabricante, quando for o caso;
 - 5.1.4. Quantidade cotada,
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para a contratação, conforme artigo 82, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação as ME e EPP, poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, conforme legislação vigente.
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos devidamente enviados.
- 5.9. O descumprimento das regras por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato, conforme preceitua a Lei nº 14.133/2021, garantindo, o contraditório e ampla defesa.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública.**
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor por grupo
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, de acordo com o estabelecido neste Edital.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.10.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, para fins de classificação das propostas.
- 6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante.**
- 6.12. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, **no site eletrônico utilizado para divulgação.**



- 6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.15. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 6.15.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.15.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.15.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.15.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.16. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.16.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.16.2. As regras previstas para o desempate não prejudicarão a aplicação do disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.17.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os critérios de aceitabilidade definido na Lei nº 14.133/2021.
- 6.17.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

6.17.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.17.5. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.17.6. É facultado a Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.18. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) e;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também do seu sócio majoritário, por força do disposto no artigo 12 da Lei nº 8.429/1993 (lei de improbidade administrativa).

7.3. Em caso de existência de ocorrências impeditivas indiretas, no ato da formalização da consulta descrita acima, a Pregoeira baixará em diligência para as medidas necessárias, e deverá:

7.3.1. Convocar o licitante para manifestação prévia sobre eventual desclassificação, garantindo-lhe o contraditório e ampla defesa.

7.3.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as disposições deste edital e da Lei Complementar nº 123/2006.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora de acordo com o estabelecido no artigo 59 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área técnica do respectivo objeto.
- 7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, com fundamento no artigo 17, §3º da Lei nº 14.133/2021, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico.
- 7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos artigos. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre, por tradutor juramentado.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados de forma digital, e anexado a Plataforma Eletrônica em que irá ocorrer a licitação.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.9. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.9.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.9.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):
- 8.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.11. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira e equipe de apoio poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

- 8.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o disposto no subitem Erro: Origem da referência não encontrada.
- 8.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.14. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015).
- 8.15. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 8.16. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 8.17. Os documentos previstos no Termo de Referência e neste item do edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, e deverão ser apresentados **preferencialmente** juntamente com a proposta de preços na plataforma eletrônica, ou, os mesmos serão solicitados pela pregoeira em momento oportuno, nos termos dos artigos. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo o prazo máximo de envio de 2 (duas) horas, após a solicitação da pregoeira, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo estes:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;
- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) As empresas deverão apresentar, **Certidão Simplificada da Junta Comercial**, com vigência mínima de 06 meses, que antecede a data da realização da licitação

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL OU TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela
- c) -Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- i) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e/ou municipal, a fim de verificar se a empresa é isenta, devendo e podendo ser comprovado por meio de declaração do SINTEGRA.

HABILITAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis **dos últimos 02 (dois) exercícios social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa;
- c) A licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional poderá substituir o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis pelo Extrato do Simples Nacional do mês de apuração antecedente ao mês anterior da data de abertura do certame.



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

- d) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, o balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis serão substituídos pelo balanço de abertura.
- e) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- f) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada apresentação de **declaração emitida por contador devidamente habilitado**, de que a empresa obtém de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

g) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica e direito público ou privado que comprove que a empresa já prestou serviços com o objeto solicitados pela PMI.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, **sob pena de preclusão**:

9.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

9.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, conforme disposto no artigo 165, §2º da Lei nº 14.133/2021.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento, conforme o §3º do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Serão consideradas infrações administrativas os atos elencados no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Com fundamento no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as sanções descritas no mencionado artigo, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, devendo ser considerado a natureza da infração, a sua gravidade, as peculiaridades do caso, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os danos da conduta.

10.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, devidamente estabelecido em processo administrativo de responsabilização, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do 90, §5º da Lei nº 14.133/2021.



- 10.7. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização, nos moldes que determina o artigo 158 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, de acordo com o artigo 168 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.9. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados, de acordo com o artigo 156, §9º da Lei nº 14.133/2021.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em site eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: no endereço eletrônico licitacao.ibiracu@gmail.com ou no site da plataforma <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.
- 11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo como medida excepcional devidamente motivada pela Pregoeira nos autos do processo licitatório.
- 11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, com a republicação do edital.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.
- 12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

- 12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico plataforma <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e no site: www.ibiracu.es.gov.br em virtude da exceção prevista no artigo 176 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Declarações Conjunta

ANEXO IV – Modelo de Proposta

ANEXO V – Modelo de Termo Visita Técnica

ANEXO VI – Modelo Dispensa de Visita Técnica

Ibiraçu/ES, 08 de julho de 2025.

Eduardo Marozzi Zanotti

Prefeito Municipal



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Nos termos do presente Termo de Referência, trata-se a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA**, durante o ano letivo, para atender as Escolas CEI “Branca de Neve”, CEI “Cachinho de Ouro”, CEI “Chapeuzinho Vermelho”, EMEIEF “Profª Elzita Barbarioli”, EMEIEF “Profª Ericina Macedo Pagiola”, EMEF “Maria Lucas Gomes”, EMEI “Daniel Comboni”, EMPEIEF “Pendanga”, EMEI “Gente Miúda” EMEF “Padre Carlos Furbetta”, EMEF “Vereador Leandro Zinger”, Associação Pestalozzi de Ibiraçu e Secretaria Municipal de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo.

1.2. A quantidade, especificação e valores seguem abaixo:

Serviço de monitoramento de segurança eletrônica 24, manutenção dos equipamentos de segurança eletrônica e substituição de equipamentos.

Descrição detalhada:

Monitoramento 24 horas: O sistema de alarme deverá detectar 24h por dia qualquer tentativa de roubo, furto ou vandalismo. Sendo detectada qualquer tentativa, a empresa imediatamente deverá enviar ao local um veículo devidamente caracterizado com profissionais habilitados e treinados, para vistoriar as Unidades Escolares e a Secretaria Municipal de Educação no prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

Manutenção dos equipamentos de segurança eletrônica: A manutenção dos equipamentos de segurança eletrônica, deverão ser executadas sempre que constatado alguma anomalia, falha ou inoperância dos sistemas no prazo de até 24 horas após a constatação ou solicitado pelo responsável do setor correspondente.

Substituição dos equipamentos de segurança eletrônica: Sempre que necessário substituir os equipamentos de segurança eletrônica, a empresa deverá providenciar a troca dos mesmos até 24 horas constatado necessidade de substituí-lo.

Observações necessárias:

Obs-1: Nas escolas EMEI Gente Miúda, EMEUEF Padre Carlos Furbetta, EMPEIEF Pendanga e EMEIEF Vereador Leandro Zinger a empresa de monitoramento poderá acessar as câmeras remotamente para fazer a vistoria virtual;

Obs-2: Na escolas EMEI Gente Miúda, EMEUEF Padre Carlos Furbetta, EMPEIEF Pendanga e EMEIEF Vereador Leandro Zinger a empresa de monitoramento poderá acessar as câmeras remotamente para fazer a vistoria virtual.

ITEM	UNIDADE (LOCAL)	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR EM 12 MESES DE CONTRATAÇÃO
01	CEI BRANCA DE NEVE	01		
02	CEI CHAPEUZINHO VERMELHO	01		
03	EMEF ERICINA MACEDO PAGIOLA	01		



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

04	EMEIEF MARIA LUCAS GOMES	01		
05	EMPEIEF PENDANGA	01		
06	CEI CACHINHO DE OURO	01		
07	EMEI GENTE MIÚDA	01		
08	EMEF PADRE CARLOS	01		
09	EMEIEF VEREADOR LEANDRO ZINGER	01		
10	EMEI DANIEL COMBONI	01		
11	EMEIEF ELZITA BARBARIOLI	01		
12	ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI	01		
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEME)	01		
VALOR TOTAL DO SERVIÇO CONTÍNUO:				

Serviço de instalação, reinstalação, ampliação e substituição de equipamentos de segurança eletrônica.

Descrição detalhada:

INSTALAÇÃO

Trata-se da instalação dos equipamentos de segurança eletrônica.

REINSTALAÇÃO

Trata-se da ativação dos equipamentos de segurança eletrônica existentes no local.

AMPLIAÇÃO

Trata-se da ampliação do número dos equipamentos de segurança eletrônica.

SUBSTITUIÇÃO

Trata-se da colocação de um novo equipamento para substituir um antigo que já não atende mais a demanda ou que está danificado.

Observações: Os equipamentos necessários para os serviços a serem executados serão listados abaixo por unidade escolar/local de referência.

ITEM	SERVIÇO/LOCAL	UNID.	VALOR POR SERVIÇO/LOCAL
14	INSTALAÇÃO/CEI CHAPEUZINHO VERMELHO	SERVIÇO ÚNICO	
15	REINSTALAÇÃO/ ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI	SERVIÇO ÚNICO	
16	REINSTALAÇÃO/ VEREADOR LEANDRO ZINGER	SERVIÇO ÚNICO	
17	AMPLIAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEME)	SERVIÇO ÚNICO	
18	SUBSTITUIÇÃO/ CEI BRANCA DE	SERVIÇO	



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

	NEVE	ÚNICO	
19	SUBSTITUIÇÃO/ EMEI DANIEL COMBONI	SERVIÇO ÚNICO	
20	SUBSTITUIÇÃO/ EMEIEF ELZITA BARBARIOLI	SERVIÇO ÚNICO	
21	SUBSTITUIÇÃO/ EMEF ERICINA MACEDO PAGIOLA	SERVIÇO ÚNICO	
22	SUBSTITUIÇÃO/ EMEF PADRE CARLOS	SERVIÇO ÚNICO	
23	SUBSTITUIÇÃO/ EMEIEF MARIA LUCAS GOMES	SERVIÇO ÚNICO	
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS ÚNICOS:			

Equipamentos para realização dos serviços únicos por Escola.

Para a realização dos serviços de instalação, reinstalação, ampliação e substituição serão necessários os equipamentos listados abaixo por unidade escolar/local.

INSTALAÇÃO/CEI CHAPEUZINHO VERMELHO

ITEM	EQUIPAMENTOS	QTD	UNIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
24	CENTRAL DE ALARME MONITORADA 18 SETORES	01	UND		
25	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
26	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	03	UND		
27	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	09	UND		
28	CONECTOR RJ-45 CAT5E	02	UND		
29	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	50	METROS		
30	CABO PARA ALARME 40X4	400	METROS		
31	CONTROLE REMOTO	03	UND		
32	SIRENE 105DB - 12V	02	UND		
33	RECEPTORA	01	UND		

REINSTALAÇÃO/ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI

34	SWITCH 8 PORTAS 10/100 MBPS	01	UND		
35	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	10	METROS		
36	CENTRAL DE ALARME MONITORADA 18 SETORES	01	UND		
37	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	02	UND		



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

38	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	08	UND		
39	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	12	UND		
40	CABO PARA ALARME 40X4	900	METROS		
REINSTALAÇÃO/ VEREADOR LEANDRO ZINGER					
41	CONECTOR RJ-45 CAT5E	02	UND		
42	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	10	METROS		
43	CENTRAL DE ALARME MONITORADA 18 SETORES	01	UND		
44	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	500	METROS		
45	NOBREAK 700VA BIVOLT	01	UND		
AMPLIAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEME)					
46	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
47	CAMERA IP 30MT	01	UND		
48	FONTE AC/DC 12V 2AMP	01	UND		
49	NOBREAK 700VA BIVOLT	01	UND		
50	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	30	METROS		
SUBSTITUIÇÃO/ CEI BRANCA DE NEVE					
51	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO/ EMEI DANIEL COMBONI					
52	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO / EMEF ERICINA MACEDO PAGIOLA					
53	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	09	UND		
54	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO// EMEIEF MARIA LUCAS GOMES					
55	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	03	UND		
56	CABO PARA ALARME 40X4	150	METROS		
57	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO / EMPEIEF PENDANGA					
58	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	30	METROS		
59	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	01	UND		
60	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	08	UND		
SUBSTITUIÇÃO / CEI CACHINHO DE OURO					
61	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO / EMEIEF ELZITA BARBARIOLI					
62	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	05	UND		
63	CABO PARA ALARME 40X4	15	METROS		
64	CONECTOR RJ-45 CAT5E	02	UND		



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

65	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	09	UND		
66	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	06	UND		
67	SIRENE 105DB - 12V	02	UND		
68	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	02	UND		
SUBSTITUIÇÃO / EMEI GENTE MIÚDA					
69	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	01	UND		
70	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	04	UND		
71	CABO COAXIAL 95% 750 HM	20	METROS		
72	CAMERA VHD 20 METROS FULL COLLOR	01	UND		
73	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO / EMEF PADRE CARLOS					
74	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	04	UND		
75	VHD 1220 FULL COLLOR	02	UND		
76	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS:					

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme disposto no Decreto Municipal nº 6.502/2023, sendo assim, enquadrado na descrição de bens comuns, conforme disposto no artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O valor especificado no item 1.2. é o constante no Estudo Técnico Preliminar, parte integrante do processo, definido como valor estimado da contratação, depois de aplicado os parâmetros e metodologia estabelecido naquele estudo.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, devendo ser respeitado o exercício financeiro, nos casos de fornecimento contínuo com celebração do respectivo instrumento contratual, como preconiza o artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar, devidamente acostado ao processo de contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Os serviços em atendimento ao dispositivo legal são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Portanto, o serviço utilizado nas atividades deverá ser realizado respeitando estes preceitos.

3.2. Apresentar comprovação de capacidade técnica específica da licitante por meio da apresentação de no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa, ex-pedido por pessoa



jurídica de direito público, ou privado, que comprove que a mesma executou, ou está executando de forma satisfatória, serviços da mesma natureza ou compatíveis em características com o objeto da presente licitação.

3.3. Apresentar a prova de conceito ao fiscal de contrato, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, com dia e horário agendados para demonstração dos serviços mencionados no item 4.2 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá ser executada da seguinte forma:

4.1.1. A empresa vencedora deverá fornecer tanto os serviços contínuos por 12 meses (monitoramento de segurança eletrônica 24, manutenção dos equipamentos de segurança eletrônica e substituição de equipamentos), como os serviços únicos (instalação, reinstalação, ampliação e substituição) quanto os equipamentos necessários para realização dos serviços únicos.

4.2. Características solicitadas para o serviço contínuo:

a) Os serviços contínuos contratados compreendem o monitoramento diário diurno e noturno com comunicação entre os locais a serem monitorados e a central de monitoramento da empresa contratada.

b) A manutenção dos serviços contínuos deverá ser executada após constatado alguma anormalidade nos respectivos sistemas ou por solicitação do setor em até 24 (vinte e quatro) horas, após constatado alguma anormalidade ou por solicitação das escolas ou da secretaria de educação.

c) Os atendimentos aos locais dos disparos de alarme deverão ser feitos em até 15 (quinze) minutos após a recepção do evento na central de monitoramento, com veículo caracterizado de propriedade da empresa e funcionários uniformizados com a identificação da empresa contratada.

d) A empresa contratada deverá enviar até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato e mensalmente até o último dia útil, a relação de funcionários que farão o atendimento no mês subsequente das ocorrências (pronta resposta) nos locais descritos neste edital.

e) O veículo pronta resposta responsável pelo atendimento das ocorrências dos sistemas de alarme, deverá estar em nome da empresa contratada, possuir rastreador instalado em pleno funcionamento.

f) A empresa contratada deverá possuir aplicativo vinculado ao software de monitoramento capaz de:

I. Verificar automaticamente se o sistema de alarme da escola foi desarmado fora do horário previsto;

II. Identificar falhas no armamento programado dos alarmes;

III. Gerar automaticamente atendimentos de notificação ao detectar eventos do tipo "NÃO ARMADO";

IV. Notificar os responsáveis pela escola via aplicativo do WhatsApp, telefone e e-mail de forma automática;

V. Registrar em log todos os contatos realizados para rastreabilidade e controle;

VI. Reagendar automaticamente nova verificação do sistema de alarme após o primeiro atendimento;



- VII. Acessar periodicamente os relatórios de ordens de serviço da escola;
- VIII. Identificar ordens de serviço abertas e concluídas durante o mês corrente;
- IX. Enviar automaticamente mensagens aos responsáveis escolares a cada 15 dias com:
 - Status das ordens de serviço;
 - Solicitação de avaliação do atendimento técnico realizado;
 - Coletar feedbacks e registrar avaliações para posterior análise.

X. Disponibilizar acesso ao relatório de eventos por meio de link de internet através de login e senha para acesso dos diretores das unidades escolares, mantendo os eventos do sistema de alarme por até 90 (noventa dias).

4.3. Para atendimento a contratação pretendida, necessário que a empresa contratada apresente todos os documentos exigidos para habilitação, conforme preconiza o artigo 62 da Lei nº 14.133/2021, sendo:

- a) Qualificação Jurídica;
- b) Qualificação Técnica;
- c) Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista;
- d) Qualificação Econômica-Financeira, neste caso devendo ser observado o disposto na Lei Complementar nº 123/06.

4.4. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial do objeto da presente licitação.

4.5. A CONTRATADA, na ocasião de subcontratação, deverá apresentar ao fiscal do contrato todos os documentos exigidos no artigo 62 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. A execução dos objetos será de forma mensal (para o serviço contínuo) e única (para os serviços únicos e equipamentos).

5.2. O endereço das unidades escolares e demais locações dos serviços será disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação, após a assinatura do contrato.

5.3. Caso não seja possível efetuar o serviço na data fixada no cronograma, a CONTRATADA deverá comunicar o CONTRATANTE às razões pela não execução, com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência, devendo a solicitação ser analisada pela Secretaria Municipal de Educação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, de acordo com o artigo 115 do mesmo diploma legal.

6.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal devidamente nomeado ou pelos seus substitutos, nos termos do artigo 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.3. O fiscal do contrato deverá ser auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno e deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do



contrato, determinando a imediata regularização das faltas ou defeitos observados – artigo 117, §1º da Lei nº 14.133/2021.

6.4. O fiscal do contrato informará ao gestor as situações de irregularidades para adoção das providências que ultrapasse sua competência e atribuição, tudo em tempo hábil – artigo 117, §2º da Lei nº 14.133/2021.

6.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.7. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º)

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o relatório de fiscalização para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis;

7.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, conforme artigo 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.



7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para providências cabíveis.

7.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.13. Constatando-se, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa e o contraditório.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto aos órgãos competentes.

7.17. O pagamento será de acordo com as entregas efetuadas, devendo a Contratada emitir as respectivas faturas (Notas Fiscais) que, devidamente comprovadas e atestadas pelo Órgão Gestor do Objeto, deverão ser pagas em até 30 (trinta) dias após a sua emissão.

7.18. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável no momento do pagamento ao contratado.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

8.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, em virtude do objeto da contratação.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.1.1. O objeto será dividido de forma global.

9.1.2. A disputa será por modo **aberto**.

9.2. Para fins de habilitação, deverá o contratado apresentar os seguintes documentos, comprovando os seguintes requisitos:

a) Habilitação Jurídica

a.1) Pessoa Jurídica:

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Sociedades Comerciais, acompanhado, no caso de Sociedade por Ações: Estatuto e suas alterações, devidamente registrado na junta comercial, documento de eleição de seus atuais diretores;

Sociedade Civil: Estatuto ou Contrato social e suas alterações, devidamente registrado na junta comercial, inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Empresa ou Sociedade Estrangeira: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas respectivas alterações, devidamente registrado na Junta Comercial, decreto de autorização, em vigor.

Certificado de Microempreendedor Individual – CCMEI: somente será exigido quando permitida a participação do MEI.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, assim como os documentos dos sócios administradores/Diretores e/ou representantes legais.

a.2) Pessoa Física:

- 1.1. **Documento de identidade (RG) ou equivalente** que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

b) Habilitação fiscal, social e trabalhista

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, demonstrando a pertinência do ramo da atividade com o objeto a ser contratado.

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;

III – Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual relativo ao domicílio ou a sede do fornecedor;

IV – Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, conforme legislação tributário do Município relativo ao domicílio ou a sede do fornecedor;

V - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

VI - Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

VII – Prova de inexistência de débitos inadimplidos para a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;



VIII - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

IX - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

c) Qualificação Econômico-Financeira

c.1) Pessoa Jurídica:

I - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

II - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, ressalvado nessa hipótese as empresas enquadradas como ME, EPP e MEI, consoante disposto na Lei Complementar nº 123/2006.

c.2) Pessoa Física:

I - Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor.

d) Qualificação Técnica

I - Comprovação de aptidão para execução do objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.3. A forma detalhada de critérios de seleção do fornecedor, apresentação das propostas, lances, julgamento, desempate, e demais, como preceitua o artigo 25 da Lei nº 14.133/2021, constará, obrigatoriamente, no edital da licitação.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo efetivo da contratação é o disposto na tabela do item 1.2, com fundamento no Estudo Técnico Preliminar.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (SEME) para o ano de 2025, a dotação orçamentária será incluída ao processo pela Secretaria de finanças posteriormente.

12. DA PRORROGAÇÃO, DO REAJUSTE E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

12.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, observado o exercício financeiro e sua disponibilidade, com eficácia a partir da data de sua publicação, conforme disposto no artigo 94 da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Em se tratando de fornecimento contínuo, o contrato poderá ser prorrogado, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.



12.3. Independentemente do prazo de duração do contrato, o índice de reajustamento será o IPCA, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

12.3.1. De acordo com o que determina o artigo 136, inciso I da Lei nº 14.133/2021, o reajuste ou a repactuação dos preços será realizado por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo.

12.4. O contrato poderá ser alterado, de acordo com o que preconiza o artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, inclusive para o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicialmente, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato anteriormente pactuado, devendo a Administração decidir sobre o pleito da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias.

12.4.1. O pedido de equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de decair o direito.

12.4.2. A extinção do contrato não configura óbice ao reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme artigo 131 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.3. Em caso de alteração unilateral, que aumente ou diminua encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro.

13. DA GARANTIA

13.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

13.2. Caso venha ocorrer à extinção do contrato poderá a Administração executar a garantia para:

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

14. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018 (LGPD).

14.1. A CONTRATADA fica obrigada a:

- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) cumprir com o estabelecido pelo CONTRATANTE para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto adquirido;
- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhe forem confiados por força da execução da presente contratação, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) Não utilizar os dados por meio deste ajuste para finalidade diversa;



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

e) notificar o CONTRATANTE em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;

f) fornecer informações úteis ao CONTRATANTE sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas.

15. VISTORIA

15.1. As empresas licitantes deverão **obrigatoriamente**, realizar visita de vistoria para a elaboração da proposta comercial, em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das Unidades Escolares;

15.2. A vistoria deverá ser obrigatoriamente realizada pelo responsável Técnico da empresa com registro no CREA;

15.3. O Responsável Técnico da empresa licitante deverá estar devidamente munido de credencial, munido de sua carteira do CREA e documentação que comprove seu registro nos quadros de funcionários da empresa;

15.4. O prazo máximo para realização da visita de vistoria será de até **02 (dois) dias antes** do pregão eletrônico, não sendo aceitas reclamações posteriores;

15.5. A visita deverá ser agendada junto ao fiscal de contrato, que indicará a data e horário para a realização da vistoria e designará o representante da Secretaria Municipal de Educação que acompanhará a visita;

15.6. Realizada a visita de vistoria, o Responsável Técnico da empresa licitante, e o Fiscal de Contrato, que acompanhará a visita, assinarão o **Termo de Vistoria** (em 02 vias), conforme modelo constante no Anexo I deste Termo de Referência. Uma via do Termo de Vistoria ficará com o Responsável Técnico da empresa licitante, para que seja colocado junto à documentação da empresa. A outra via ficará com o Fiscal de Contrato.

15.7. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica para a elaboração da proposta comercial ela deverá preencher a Dispensa da Visita Técnica (Anexo II).

15.8. O endereço das escolas esta no Anexo III deste Termo de Referência.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Qualquer parte interessada poderá solicitar esclarecimentos referente ao objeto da contratação na Secretaria de Educação (SEME), ou pelo telefone (27) 3257-0571, no horário de 7:00 às 16:00h, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

Ibiraçu – ES, 27 de Maio de 2025.

Valéria dos Santos Rosalém
Secretária Municipal de Educação



ANEXO I

MODELO DE TERMO DE VISITA TÉCNICA

TERMO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o número _____, sediada no endereço _____ (citar endereço completo), declara, para fins de participação no presente processo licitatório nº _____, que o Sr. _____, Responsável Técnico da Empresa, vistoriou nesta data as dependências _____, onde tomou conhecimento das condições do local onde deverá ocorrer a prestação de serviços.

Ibiraçu, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do Responsável Técnico da Empresa
Nome completo do Responsável Técnico da Empresa
Número da Carteira de Identidade ou CREA

Assinatura do Dirigente da Unidade Escolar
Nome completo do Dirigente da Unidade Escolar
Número da Carteira de Identidade



ANEXO II

MODELO DE DISPENSA DA VISITA TÉCNICA

1.2. DISPENSA DA VISITA TÉCNICA

1.3.

A empresa _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o número _____, sediada no endereço _____ (citar endereço completo), **DECLARA**, para fins de participação no presente processo licitatório Pregão Eletrônico nº XXX/2025, que não realizou a VISITA TÉCNICA para conhecimento das condições do local onde serão executados os serviços.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a Prefeitura Municipal de Ibiraçu, de qualquer reclamação e/ou reinvidicação de nossa parte.

Ibiraçu, ____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do Responsável Técnico da Empresa



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

ANEXO III

ENDEREÇOS DAS ESCOLAS

EMEF Maria Lucas Gomes Rua: Arlindo Vicente, s/nº - Bairro Aricanga - Ibiraçu - ES Diretor: Sirlane Gomes Soares Locateli 4170 Telefone: 2799710-
EMEF.Profª Elzita Barbarioli/Associação Pestalozzi de Ibiraçu (mesmo endereço) Antonio Modenesi, s/n, Bairro: São Cristóvão - Ibiraçu - ES Rua: Mario Diretor: Thatiane Freitas Dutra Telefone: 27 99923-6266
EMEIEF.Profª Ericina Macedo Pagiola Rua: Luigi Musso, nº s/n Bairro: Bela Vista - Ibiraçu - ES Diretor: Vanessa Aprígio de Oliveira Aliprandi Telefone: 2799628-6669
EMEIEF.Ver. Leandro Zinger (Escola do Campo) - Zona Rural Rio Lampê - Ibiraçu - ES Responsável: Luciana Croce (Pedagoga) Telefone: 2799905-6480
C.E.I. Branca de Neve Rua: Justiniano Bispo, Nº 34, Bairro: São Cristóvão - Ibiraçu - ES Diretor: Patrícia Vicente Gomes Telefone: 27 99859-7847
C.E.I. Cachinhode Ouro Rua: Generosa Pereira Castilho, s/n Bairro: Elias Bragatto - Ibiraçu - ES Diretor: Maxciene de Oliveira Sena Telefone: 27 99795-2327
C.E.I. Chapeuzinho Vermelho Rua: Avenida Getúlio Vargas, nº 91, Bairro: Centro - Ibiraçu - ES Diretor: Maria Irene Gomes de Oliveira 7542 Telefone: 27 99974-
EMEI. Daniel Comboni Rua: Daniel Comboni, Nº 16 Centro - Ibiraçu - ES Diretor: Rosângela Gorza Mattiuzzi Telefone: 27 99974-4102
EMPEIEF. Pendanga Pendanga - Próximo BR 101 - Ibiraçu - ES Responsável: Claudia Valéria Giacomini (Pedagoga) Telefone: 2799916-2888
EMEI. Gente Miúda/ EMPEF Padre Carlos Furbeta Rua: Principal, S/Nº Guatemala - Ibiraçu - ES Responsável: Pedro Rafael dos Santos Batista (Diretor Gente Miúda) Telefone: 2799205-6844
SEME - Secretaria Municipal de Educação Av. João Alves da Motta Júnior - Ibiraçu - ES Tel: 32570571 ou 32570569



Apêndice do ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. OBJETIVO

1.1 Pretende-se realizar Processo Licitatório para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA**, durante o ano letivo, para atender as Escolas CEI “Branca de Neve”, CEI “Cachinho de Ouro”, CEI “Chapeuzinho Vermelho”, EMEIEF “Profª Elzita Barbarioli”, EMEIEF “Profª Ericina Macedo Pagiola”, EMEF “Maria Lucas Gomes”, EMEI “Daniel Comboni”, EMPEIEF “Pendanga”, EMEI “Gente Miúda” EMEF “Padre Carlos Furbetta”, EMEF “Vereador Leandro Zinger”, Associação Pestalozzi de Ibiraçu e Secretaria Municipal de Educação.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. A contratação de serviços de monitoramento e segurança eletrônica para as escolas da rede municipal se faz necessária com o objetivo de garantir a integridade física dos alunos, professores, servidores e do patrimônio público. Considerando o aumento de episódios de violência, invasões, furtos e atos de vandalismo nas unidades escolares, torna-se imprescindível a adoção de medidas preventivas e corretivas que assegurem um ambiente escolar mais seguro.

2.2 O serviço a ser contratado deverá contemplar o monitoramento 24 horas por dia, com vigilância por meio de câmeras de segurança, sensores de presença, alarmes, gravação das imagens e resposta rápida em caso de ocorrência, além do suporte técnico adequado para manutenção dos equipamentos.

2.3 Além da proteção física e patrimonial, a presença de um sistema de segurança eficiente contribui diretamente para a melhoria do ambiente escolar, proporcionando maior tranquilidade à comunidade educativa e favorecendo o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

2.4 A medida também atende às diretrizes de segurança estabelecidas por órgãos de controle e se alinha às políticas públicas de prevenção à violência no ambiente escolar, configurando-se como um investimento essencial para a promoção de um espaço educacional seguro, acolhedor e protegido.

2.5 Considerando a necessidade de promover a proteção física e patrimonial dos alunos e profissionais da educação das Unidades Escolares da Rede Municipal, justificamos esta solicitação.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. A Secretaria Municipal de Educação (SEME) é o responsável, estrategicamente, para gerir as aquisições pertinentes a área da Educação do Município de Ibiraçu, sendo, portanto, o setor requisitante da presente contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços referentes a esta contratação deverão cumprir todas as obrigações de acordo com as especificações definidas em edital, sendo que o contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos serviços.



- 4.2. Assegurar a execução do objeto deste contrato, nas condições estabelecidas neste instrumento;
- 4.3. Não ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, da CONTRATANTE;
- 4.4 Ser responsável pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- 4.5 Para a prestação dos serviços, a Contratada deverá dispor de mão de obra necessária e devidamente treinada, de acordo com a jornada de trabalho especificada e/ou execução dos serviços do objeto;
- 4.6 Deverá solicitar a presença imediata da fiscalização do Município, em caso de acidentes durante a execução dos serviços, que ocasionem ou não danos pessoais, materiais, em bens do Município ou de terceiros;
- 4.7 Deverá manter constante supervisão dos serviços contratados, facilitando de todas as formas o trabalho de fiscalização do Município;
- 4.8 Deverá restituir ao Município todas as despesas que este tiver que efetuar para suprir as falhas ocorridas na prestação dos serviços, objeto deste contrato, em consequência da ação ou emissão da Contratada ou de seus empregados;

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 5.1. A Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens contratação de serviços sem geral, no âmbito da administração pública federal, autarquia e fundacional estabelece em seu artigo 6º que "serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços".
- 5.2. O preço de mercado é melhor representado pela média ou mediana, uma vez que constituem medidas de tendência central e, desse modo, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado, sendo que a média tende a refletir melhor o conjunto dos dados, pois seu valor computa todos os preços coletados.
- 5.3. Será levada em consideração, a forma de apresentação do serviço, considerando sempre o melhor custo-benefício. Para cotações em contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, deverá ser considerada a Região em que o órgão referência está localizado, a forma de apresentação e a descrição completa do objeto. Todas as observações visando atender a uma realidade mais precisa do preço do objeto cotado.
- 5.4. Na quase totalidade das situações, vemos estimar os preços de mercado a partir do menor valor. Estatisticamente, o menor valor representa a tendência dos preços de mercado representando o valor mais barato dentre os preços coletados.
- 5.5. Sendo assim, optaremos pela média como método de obtenção de preço estimado, por ser uma medida mais robusta como método para avaliar a homogeneidade da amostra e, conseqüentemente, a exclusão de valores extremos para aplicação da média para informar o valor estimado máximo a ser adotado na licitação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



6.1. Como mencionado, a contratação visa promover a proteção física e patrimonial dos alunos e profissionais da educação.

6.2. Todas as exigências relacionadas ao serviço, à garantia, à manutenção e à assistência técnica, estão inclusas na contratação, ficando a cargo da contratada.

7. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E MEMÓRIA DE CÁLCULO

7.1. Estimativa de Quantidade

7.1.1. A estimativa de quantidade considera a previsão de anos anteriores, a partir de informações adquiridas relativas aos locais e equipamentos, representados pela tabela abaixo: **Serviço de monitoramento de segurança eletrônica 24, manutenção dos equipamentos de segurança eletrônica e substituição de equipamentos.**

Descrição detalhada:

Monitoramento 24 horas: O sistema de alarme deverá detectar 24h por dia qualquer tentativa de roubo, furto ou vandalismo. Sendo detectada qualquer tentativa, a empresa imediatamente deverá enviar ao local um veículo devidamente caracterizado com profissionais habilitados e treinados, para vistoriar as Unidades Escolares e a Secretaria Municipal de Educação no prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

Manutenção dos equipamentos de segurança eletrônica: A manutenção dos equipamentos de segurança eletrônica, deverão ser executadas sempre que constatado alguma anomalia, falha ou inoperância dos sistemas no prazo de até 24 horas após a constatação ou solicitado pelo responsável do setor correspondente.

Substituição dos equipamentos de segurança eletrônica: Sempre que necessário substituir os equipamentos de segurança eletrônica, a empresa deverá providenciar a troca dos mesmos até 24 horas constatado necessidade de substituí-lo.

Observações necessárias:

Obs-1: Nas escolas EMEI Gente Miúda, EMEUEF Padre Carlos Furbetta, EMPEIEF Pendanga e EMEIEF Vereador Leandro Zinger a empresa de monitoramento poderá acessar as câmeras remotamente para fazer a vistoria virtual;

Obs-2: Na escolas EMEI Gente Miúda, EMEUEF Padre Carlos Furbetta, EMPEIEF Pendanga e EMEIEF Vereador Leandro Zinger a empresa de monitoramento poderá acessar as câmeras remotamente para fazer a vistoria virtual.

ITEM	UNIDADE (LOCAL)	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR EM 12 MESES DE CONTRATAÇÃO
01	CEI BRANCA DE NEVE	01	R\$ 740,00	R\$ 8.880,00
02	CEI CHAPEUZINHO VERMELHO	01	R\$ 740,00	R\$ 8.880,00
03	EMEF ERICINA MACEDO PAGIOLA	01	R\$ 740,00	R\$ 8.880,00
04	EMEIEF MARIA LUCAS GOMES	01	R\$ 740,00	R\$ 8.880,00
05	EMPEIEF PENDANGA	01	R\$ 740,00	R\$ 8.880,00
06	CEI CACHINHO DE OURO	01	R\$ 740,00	R\$ 8.880,00
07	EMEI GENTE MIÚDA	01	R\$ 960,00	R\$ 11.520,00
08	EMEF PADRE CARLOS	01	R\$ 960,00	R\$ 11.520,00



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

09	EMEIEF VEREADOR LEANDRO ZINGER	01	R\$ 1.1180,00	R\$ 14.160,00
10	EMEI DANIEL COMBONI	01	R\$ 740,00	R\$ 8.880,00
11	EMEIEF ELZITA BARBARIOLI	01	R\$ 740,00	R\$ 8.880,00
12	ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI	01	R\$ 740,00	R\$ 8.880,00
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEME)	01	R\$ 740,00	R\$ 8.880,00
VALOR TOTAL DO SERVIÇO CONTÍNUO:				R\$ 128.640,00

Serviço de instalação, reinstalação, ampliação e substituição de equipamentos de segurança eletrônica.

Descrição detalhada:

INSTALAÇÃO

Trata-se da instalação dos equipamentos de segurança eletrônica.

REINSTALAÇÃO

Trata-se da ativação dos equipamentos de segurança eletrônica existentes no local.

AMPLIAÇÃO

Trata-se da ampliação do número dos equipamentos de segurança eletrônica.

SUBSTITUIÇÃO

Trata-se da colocação de um novo equipamento para substituir um antigo que já não atende mais a demanda ou que está danificado.

Observações: Os equipamentos necessários para os serviços a serem executados serão listados abaixo por unidade escolar/local de referência.

ITEM	SERVIÇO/LOCAL	UNID.	VALOR POR SERVIÇO/LOCAL
14	INSTALAÇÃO/CEI CHAPEUZINHO VERMELHO	SERVIÇO ÚNICO	R\$ 2.250,00
15	REINSTALAÇÃO/ ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI	SERVIÇO ÚNICO	R\$ 3.480,00
16	REINSTALAÇÃO/ VEREADOR LEANDRO ZINGER	SERVIÇO ÚNICO	R\$ 2.600,00
17	AMPLIAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEME)	SERVIÇO ÚNICO	R\$ 880,00
18	SUBSTITUIÇÃO/ CEI BRANCA DE NEVE	SERVIÇO ÚNICO	R\$ 130,00
19	SUBSTITUIÇÃO/ EMEI DANIEL COMBONI	SERVIÇO ÚNICO	R\$ 130,00
20	SUBSTITUIÇÃO/ EMEIEF ELZITA BARBARIOLI	SERVIÇO ÚNICO	R\$ 1.020,00
21	SUBSTITUIÇÃO/ EMEF ERICINA	SERVIÇO	R\$ 130,00



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

	MACEDO PAGIOLA	ÚNICO	
22	SUBSTITUIÇÃO/ EMEF PADRE CARLOS	SERVIÇO ÚNICO	R\$ 580,00
23	SUBSTITUIÇÃO/ EMEIEF MARIA LUCAS GOMES	SERVIÇO ÚNICO	R\$ 580,00
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS ÚNICOS:			R\$ 11.780,00

Equipamentos para realização dos serviços únicos por Escola.

Para a realização dos serviços de instalação, reinstalação, ampliação e substituição serão necessários os equipamentos listados abaixo por unidade escolar/local.

INSTALAÇÃO/CEI CHAPEUZINHO VERMELHO

ITEM	EQUIPAMENTOS	QTD	UNIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
24	CENTRAL DE ALARME MONITORADA 18 SETORES	01	UND	R\$ 1.400,58	R\$ 1.400,58
25	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND	R\$ 150,00	R\$ 150,00
26	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	03	UND	R\$ 155,00	R\$ 465,00
27	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	09	UND	R\$ 90,00	R\$ 810,00
28	CONECTOR RJ-45 CAT5E	02	UND	R\$ 2,20	R\$ 4,40
29	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	50	METROS	R\$ 3,40	R\$ 170,00
30	CABO PARA ALARME 40X4	400	METROS	R\$ 1,20	R\$ 480,00
31	CONTROLE REMOTO	03	UND	R\$ 50,00	R\$ 150,00
32	SIRENE 105DB - 12V	02	UND	R\$ 42,50	R\$ 85,00
33	RECEPTORA	01	UND	R\$ 112,20	R\$ 112,20

REINSTALAÇÃO/ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI

34	SWITCH 8 PORTAS 10/100 MBPS	01	UND	R\$ 125,00	R\$ 125,00
35	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	10	METROS	R\$ 3,40	R\$ 34,00
36	CENTRAL DE ALARME MONITORADA 18 SETORES	01	UND	R\$ 1.400,58	R\$ 1.400,58
37	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	02	UND	R\$ 150,00	R\$ 300,00
38	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	08	UND	R\$ 155,00	R\$ 1.240,00
39	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	12	UND	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
40	CABO PARA ALARME 40X4	900	METROS	R\$ 1,20	R\$ 1.080,00



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

REINSTALAÇÃO/ VEREADOR LEANDRO ZINGER					
41	CONECTOR RJ-45 CAT5E	02	UND	R\$ 2,20	R\$ 4,40
42	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	10	METROS	R\$ 3,40	R\$ 34,00
43	CENTRAL DE ALARME MONITORADA 18 SETORES	01	UND	R\$ 1.400,58	R\$ 1.400,58
44	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	500	METROS	R\$ 3,40	R\$ 1.700,00
45	NOBREAK 700VA BIVOLT	01	UND	R\$ 798,00	R\$ 798,00
AMPLIAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEME)					
46	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND	R\$ 150,00	R\$ 150,00
47	CAMERA IP 30MT	01	UND	R\$ 348,50	R\$ 348,50
48	FONTE AC/DC 12V 2AMP	01	UND	R\$ 93,50	R\$ 93,50
49	NOBREAK 700VA BIVOLT	01	UND	R\$ 798,00	R\$ 798,00
50	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	30	METROS	R\$ 3,40	R\$ 102,00
SUBSTITUIÇÃO/ CEI BRANCA DE NEVE					
51	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND	R\$ 150,00	R\$ 150,00
SUBSTITUIÇÃO/ EMEI DANIEL COMBONI					
52	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND	R\$ 150,00	R\$ 150,00
SUBSTITUIÇÃO / EMEF ERICINA MACEDO PAGIOLA					
53	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	09	UND	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
54	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND	R\$ 150,00	R\$ 150,00
SUBSTITUIÇÃO// EMEIEF MARIA LUCAS GOMES					
55	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	03	UND	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
56	CABO PARA ALARME 40X4	150	METROS	R\$ 1,20	R\$ 180,00
57	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND	R\$ 150,00	R\$ 150,00
SUBSTITUIÇÃO / EMPEIEF PENDANGA					
58	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	30	METROS	R\$ 3,40	R\$ 102,00
59	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	01	UND	R\$ 155,00	R\$ 155,00
60	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	08	UND	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
SUBSTITUIÇÃO / CEI CACHINHO DE OURO					
61	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND	R\$ 150,00	R\$ 150,00
SUBSTITUIÇÃO / EMEIEF ELZITA BARBARIOLI					
62	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	05	UND	R\$ 3,40	R\$ 17,00
63	CABO PARA ALARME 40X4	15	METROS	R\$ 1,20	R\$ 18,00
64	CONECTOR RJ-45 CAT5E	02	UND	R\$ 2,20	R\$ 4,40



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

65	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	09	UND	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
66	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	06	UND	R\$ 155,00	R\$ 930,00
67	SIRENE 105DB - 12V	02	UND	R\$ 42,50	R\$ 85,00
68	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	02	UND	R\$ 150,00	R\$ 150,00
SUBSTITUIÇÃO / EMEI GENTE MIÚDA					
69	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	01	UND	R\$ 155,00	R\$ 155,00
70	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	04	UND	R\$ 90,00	R\$ 360,00
71	CABO COAXIAL 95% 750 HM	20	METROS	R\$ 2,80	R\$ 56,00
72	CAMERA VHD 20 METROS FULL COLLOR	01	UND	R\$ 249,00	R\$ 249,00
73	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND	R\$ 150,00	R\$ 150,00
SUBSTITUIÇÃO / EMEF PADRE CARLOS					
74	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	04	UND	R\$ 90,00	R\$ 1.080,00
75	VHD 1220 FULL COLLOR	02	UND	R\$ 249,00	R\$ 498,00
76	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND	R\$ 150,00	R\$ 150,00
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS:				R\$ 23.925,14	

7.2. Memória de Cálculo

7.2.1. A empresa vencedora deverá fornecer tanto os serviços contínuos por 12 meses (monitoramento de segurança eletrônica 24, manutenção dos equipamentos de segurança eletrônica e substituição de equipamentos), como os serviços únicos (instalação, reinstalação, ampliação e substituição) quanto os equipamentos necessários para realização dos serviços únicos.

7.2.2. Características solicitadas para o serviço contínuo:

a) Os serviços contínuos contratados compreendem o monitoramento diário diurno e noturno com comunicação entre os locais a serem monitorados e a central de monitoramento da empresa contratada.

b) A manutenção dos serviços contínuos deverá ser executada após constatado alguma anormalidade nos respectivos sistemas ou por solicitação do setor em até 24 (vinte e quatro) horas, após constatado alguma anormalidade ou por solicitação das escolas ou da secretaria de educação.

c) Os atendimentos aos locais dos disparos de alarme deverão ser feitos em até 15 (quinze) minutos após a recepção do evento na central de monitoramento, com veículo caracterizado de propriedade da empresa e funcionários uniformizados com a identificação da empresa contratada.

d) A empresa contratada deverá enviar até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato e mensalmente até o último dia útil, a relação de funcionários que farão o atendimento das ocorrências (pronta resposta) nos locais descritos neste edital.

e) O veículo pronta resposta responsável pelo atendimento das ocorrências dos sistemas de alarme, deverá estar em nome da empresa contratada, possuir rastreador instalado em pleno funcionamento.

c) A empresa contratada deverá possuir aplicativo vinculado ao software de monitoramento capaz de:



- I. Verificar automaticamente se o sistema de alarme da escola foi desarmado fora do horário previsto;
 - II. Identificar falhas no armamento programado dos alarmes;
 - III. Gerar automaticamente atendimentos de notificação ao detectar eventos do tipo “NÃO ARMADO”;
 - IV. Notificar os responsáveis pela escola via aplicativo do WhatsApp, telefone e e-mail de forma automática;
 - V. Registrar em log todos os contatos realizados para rastreabilidade e controle;
 - VI. Reagendar automaticamente nova verificação do sistema de alarme após o primeiro atendimento;
 - VII. Acessar periodicamente os relatórios de ordens de serviço da escola;
 - VIII. Identificar ordens de serviço abertas e concluídas durante o mês corrente;
 - IX. Enviar automaticamente mensagens aos responsáveis escolares a cada 15 dias com:
 - Status das ordens de serviço;
 - Solicitação de avaliação do atendimento técnico realizado;
 - Coletar feedbacks e registrar avaliações para posterior análise.
 - X. Disponibilizar acesso ao relatório de eventos por meio de link de internet através de login e senha para acesso dos diretores das unidades escolares, mantendo os eventos do sistema de alarme por até 90 (noventa dias).
- d) A empresa vencedora terá o prazo de até 72 (setenta e duas) horas para apresentar a prova de conceito ao fiscal de contrato, agendando dia e horário para demonstração dos serviços mencionados no item 7.2.2 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

7.2.3. Foi considerado para fins de quantidade na estimativa os seguintes aspectos:

- a) Série histórica das contratações anteriores realizadas pela Prefeitura Municipal de Ibiraçu – ES;

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

8.1. Como método para estimar os valores para a referida contratação, a Administração realizará pesquisa de preços obedecendo às disposições da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, DE 5 DE AGOSTO DE 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito d administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

8.2. Tangente a pesquisa de preços, a fim de estimar o valor, a presente contratação seguirá os parâmetros estabelecidos no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, diante da permissividade de forma combinado ou não, sendo a metodologia contida no inciso II, do sobredito artigo, vejamos.



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

8.3. 3. A contratação tem adequação ao planejamento orçamentário e financeiro da Secretaria Municipal de Educação para o ano de 2025.

8.4. A escolha adequada para realizar a contratação dos itens foi o Pregão Eletrônico, uma vez que foi possível definir previamente o quantitativo demandado pela Secretaria Municipal de Educação.

8.5. Portanto, **o valor previsto inicial para a contratação é de R\$ 164.175,14 (serviço contínuo: 128.640,00 reais, serviço unitário: 11.780,00 reais e equipamentos: 23.775,14reais)**, demonstrando compatibilidade com as contratações semelhantes e vantajosidade para o fim que se determina.

9. JUSTIFICATIVA DE NÃO PARCELAMENTO

9.1. O parcelamento da solução é a regra devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.2. O § 3º do art. 40 da Lei 14.133/2021 estabelece que o parcelamento não deverá ser adotado quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor.

9.3 No caso em apreço, o serviço contínuo será parcelado entre os doze meses de contrato, já os serviços únicos e equipamentos serão pagos após a execução/aquisição.



10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para a presente contratação.

11. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. A pretensa contratação encontra-se condizente as diretrizes estabelecidas no planejamento de governo, assim como no orçamento vigente, pois trata-se de aquisição/fornecimento inclusos ao planejamento orçamentário e financeiro da Secretaria Municipal de Educação (SEME) para o ano de 2025 - a dotação orçamentária será incluída ao processo pela Secretaria de finanças posteriormente.

12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

12.1. Haverá celebração do instrumento contratual, devendo, para tanto, conter todos os requisitos elencados no artigo 92, da Lei nº 14.133/2021.

12.2. Dessa forma, para fins de cumprimento o que determina a lei, deverá utilizado o índice IPCA ou outro que o substituir.

12.3. A vigência da presente **contratação** será de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1. Pretende-se com a contratação a redução de tempo de resposta e aumento da eficiência operacional, a melhoria na comunicação com os responsáveis pelas escolas e o monitoramento proativo com inteligência artificial aplicada à rotina escolar.

14. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

14.1. Concomitante a assinatura do contrato, em relação à fiscalização e gestão contratual, os servidores ou comissão designada para esse fim, deverá reunir-se com a contratada antes do início da prestação do serviço, visando o alinhamento dos objetos dos envolvidos na celebração do serviço. Para tanto, poderá haver o repasse de informações necessárias (referente à prestação de serviço e fiscalização) e o envolvimento da comissão de fiscalização do contrato atual com a equipe que fiscalizará o novo ajuste e contrato. Existe a necessidade de transição contratual, que optará ou não pela realização da vistoria.

15. IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. Não foram detectados impactos ambientais na realização da prestação do serviço.

16. VISTORIA

16.1. As empresas licitantes deverão realizar visita de vistoria para a elaboração da proposta comercial, em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das Unidades Escolares;

16.2. A vistoria deverá ser obrigatoriamente realizada pelo responsável Técnico da empresa com registro no CREA;



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

16.3. O Responsável Técnico da empresa licitante deverá estar devidamente munido de credencial, munido de sua carteira do CREA e documentação que comprove seu registro nos quadros de funcionários da empresa;

16.4. O prazo máximo para realização da visita de vistoria será de até **02 (dois) dias antes** do pregão eletrônico, não sendo aceitas reclamações posteriores;

16.5. A visita deverá ser agendada junto ao fiscal de contrato, que indicará a data e horário para a realização da vistoria e designará o representante da Secretaria Municipal de Educação que acompanhará a visita;

16.6. Realizada a visita de vistoria, o Responsável Técnico da empresa licitante, e o Fiscal de Contrato, que acompanhará a visita, assinarão o **Termo de Vistoria** (em 02 vias), conforme modelo constante no Anexo I deste Termo de Referência. Uma via do Termo de Vistoria ficará com o Responsável Técnico da empresa licitante, para que seja colocado junto à documentação da empresa. A outra via ficará com o Fiscal de Contrato.

16.7. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica para a elaboração da proposta comercial ela deverá preencher a Dispensa da Visita Técnica (Anexo II).

16.8. O endereço das escolas esta no Anexo III deste Estudo Técnico Preliminar.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O responsável pela fiscalização e acompanhamento do processo será o as servidoras **Sra. Caroline Resende Martins, Matrícula: 011.652, Cargo: Nutricionista e Sra. Lidiana Vergna Bragato Gomes, Matrícula: 012.354 , Cargo: Subsecretária** , designados através da Portaria nº 25.990/2025 que deverá lavrar termo de recebimento definitivo e ateste de execução dos serviços contratados.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade subsidiária da Administração ou de seus agentes e prepostos, devidamente estabelecidos em contrato.

17.3. O representante da Administração sempre que tomar ciência de alguma inconsistência ou irregularidade relatada pelo fiscal do contrato deverá abrir procedimento próprio para apuração e devidas providências, sempre respeitando o contraditório e ampla defesa à Contratada.

18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

18.1. Ante todo o exposto, conclui-se pela viabilidade e possibilidade da **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇO DE MONITORAMENTO 24 HORAS, MANUTENÇÃO, INSTALAÇÃO, REINSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRONICA** para a Secretaria Municipal de Educação e suas subdivisões.

Ibiraçu – ES, 27 de Maio de 2025.

AMANDA BORTOLINI FERNANDES
Gerente/Secretária Municipal de Educação



ANEXO I

MODELO DE TERMO DE VISITA TÉCNICA

TERMO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o número _____, sediada no endereço _____ (citar endereço completo), declara, para fins de participação no presente processo licitatório nº _____, que o Sr. _____, Responsável Técnico da Empresa, vistoriou nesta data as dependências _____, onde tomou conhecimento das condições do local onde deverá ocorrer a prestação de serviços.

Ibiraçu, ____ de _____ de 2025

Assinatura do Responsável Técnico da Empresa
Nome completo do Responsável Técnico da Empresa
Número da Carteira de Identidade ou CREA

Assinatura do Dirigente da Unidade Escolar
Nome completo do Dirigente da Unidade Escolar
Número da Carteira de Identidade



ANEXO II

MODELO DE DISPENSA DA VISITA TÉCNICA

DISPENSA DA VISITA TÉCNICA

A empresa _____ (razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o número _____, sediada no endereço _____ (citar endereço completo), **DECLARA**, para fins de participação no presente processo licitatório Pregão Eletrônico nº XXX/2025, que não realizou a VISITA TÉCNICA para conhecimento das condições do local onde serão executados os serviços.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas ou financeiras, isentando a Prefeitura Municipal de Ibiraçu, de qualquer reclamação e/ou reinvidicação de nossa parte.

Ibiraçu, ____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do Responsável Técnico da Empresa



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

ANEXO III

ENDEREÇOS DAS ESCOLAS

EMEF Maria Lucas Gomes Rua: Arlindo Vicente, s/nº - Bairro Aricanga-Ibiraçu-ES Diretor: Sirlane Gomes Soares Locateli 4170 Telefone: 2799710-
EMEF.Profª Elzita Barbarioli/Associação Pestalozzi de Ibiraçu (mesmo endereço) Antonio Modenesi, s/n, Bairro: São Cristóvão - Ibiraçu - ES Rua: Mario Diretor: Thatiane Freitas Dutra Telefone: 27 99923-6266
EMEIEF.Profª Ericina Macedo Pagiola Rua: Luigi Musso, nº s/n Bairro: Bela Vista-Ibiraçu-ES Diretor: Vanessa Aprígio de Oliveira Aliprandi Telefone: 2799628-6669
EMEIEF.Ver. Leandro Zinger (Escola do Campo) - Zona Rural Rio Lampê-Ibiraçu- ES Responsável: Luciana Croce (Pedagoga) Telefone: 2799905-6480
C.E.I. Branca de Neve Rua: Justiniano Bispo, Nº34, Bairro: São Cristóvão-Ibiraçu-ES Diretor: Patrícia Vicente Gomes Telefone: 27 99859-7847
C.E.I. Cachinhode Ouro Rua: Generosa Pereira Castilho, s/n Bairro: Elias Bragatto - Ibiraçu-ES Diretor: Maxciene de Oliveira Sena Telefone: 27 99795-2327
C.E.I. Chapeuzinho Vermelho Rua: Avenida Getúlio Vargas, nº91, Bairro: Centro - Ibiraçu - ES Diretor: Maria Irene Gomes de Oliveira 7542 Telefone: 27 99974-
EMEI. Daniel Comboni Rua: Daniel Comboni, Nº16 Centro - Ibiraçu - ES Diretor: Rosângela Gorza Mattiuzzi Telefone: 27 99974-4102
EMPEIEF. Pendanga Pendanga-Próximo BR101-Ibiraçu-ES Responsável: Claudia Valéria Giacomini (Pedagoga) Telefone: 2799916-2888
EMEI. Gente Miúda/ EMPEF Padre Carlos Furbeta Rua: Principal, S/Nº Guatemala-Ibiraçu-ES Responsável: Pedro Rafael dos Santos Batista (Diretor Gente Miúda) Telefone: 2799205-6844
SEME-Secretaria Municipal de Educação Av. João Alves da Motta Júnior - Ibiraçu -ES Tel: 32570571 ou 32570569



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

ANEXO II

MINUTA CONTRATO Nº XXX/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025

ID DE CONTRATAÇÃO CIDADES nº 2025.030E0700001.01.0012

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIRACÚ-ES E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento de contrato de um lado o **MUNICÍPIO DE IBIRACÚ-ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 27.165.208/0001-17, com sede à Avenida Conde D'Eu, s/nº – Centro - Ibiracú-ES, representada neste ato pelo Exmº Senhor Prefeito Municipal **EDUARDO MAROZZI ZANOTTI**, inscrito no CPF: xxxxxxxx, RG: XXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede Rua xxxxxxxxxxxxxxxx, Bairro, Cidade-UF, CEP: xxxxxxxx, representada neste ato por seu sócio, o Sr. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF: xxxxxxxx, RG: XXXXXXXX, doravante denominado **CONTRATADA**, ajustam o presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021 e proposta comercial apresentada pela Contratada no respectivo procedimento citado, que passa a ser parte integrante deste instrumento, ficando ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste contrato, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **Contratação de Empresa para Prestação de Serviço de Monitoramento 24 Horas, Manutenção, Instalação, Reinstalação, Ampliação, Substituição e Aquisição dos Equipamentos de Segurança Eletrônica**, durante o ano letivo, para atender as Escolas CEI “Branca de Neve”, CEI “Cachinho de Ouro”, CEI “Chapeuzinho Vermelho”, EMEIEF “Profª Elzita Barbarioli”, EMEIEF “Profª Ericina Macedo Pagiola”, EMEF “Maria Lucas Gomes”, EMEI “Daniel Comboni”, EMPEIEF “Pendanga”, EMEI “Gente Miúda” EMEF “Padre Carlos Furbetta”, EMEF “Vereador Leandro Zinger”, Associação Pestalozzi de Ibiracú e Secretaria Municipal de Educação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, solicitadas por meio do Processo nº 3278/2025 de 28/05/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA DO CONTRATADO.

2.1. O contratado encontra-se totalmente vinculado as peças do processo administrativo nº 3278/2025 de 28/05/2025 que deu origem a presente contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.

3.1. O presente contrato será regido pelas regras e normas contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR DO CONTRATO

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão alinhadas com o planejamento de governo da Prefeitura Municipal de Ibiracú – ES, e devidamente programadas em dotação orçamentária própria prevista no orçamento para o exercício de 2025, conforme classificação abaixo:



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

Nomenclatura	Código	Descrição
Órgão	090	Secretaria Municipal de Educação - SEME
Unidade	001	Manutenção de Desenvolvimento da Educação
Dotação	0900011212200302.049 0900011236100302.054 0900011236500302.144	Manutenção das Atividades da SEME Manutenção e Regência do Ensino Fundamental Manutenção e Regência da Primeira Infância
Elemento de Despesa	33903900000 44905200000	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica Equipamento e Material Permanente
Fonte de Recurso	150000250000 155000000000 150000009999 172000000000 154000700000	Receita de impostos e de transferência de Impostos – MDE Transferência do salário educação Recursos Não Vinculados de Impostos e Transferências de Impostos Transferência da União Referentes às Participações na Exploração de Petróleo Transferência do FUNDEB
Ficha	0000408, 0000419, 000443 0000454, 0000499, 000509	

CLÁUSULA QUINTA - REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE FORNECIMENTO

5.1 - O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais avençadas e as normas contidas na Lei nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos deste edital.

5.2. A CONTRATADA terá até 03 (três) dias para iniciar os serviços a serem prestados, a contar da data da emissão da ordem de serviço, devendo ser emitida e enviada pelo CONTRATANTE.

5.3 – O recebimento do objeto ocorrerá de acordo com as normas estabelecidas no artigo 115 da Lei nº 14.133/2021.

5.4 – A CONTRATADA terá até 05 (cinco) dias para que seja retirado o instrumento contratual, sob pena de decair o direito à contratação, de acordo com o artigo 90 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízos das demais sanções previstas no mesmo diploma legal.

5.5 – O prazo estabelecido na cláusula 5.4. poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo seja aceito pela Administração – artigo 90, §1º da Lei nº 14.133/2021.



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

5.6 – A recusa, injustificada, em assinar o contrato ou aceitar ou retirar o instrumento contratual equivalente no prazo legalmente estabelecido na cláusula 5.4 e 5.5., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando as penalidades da Lei nº 14.133/2021;

5.7 – A CONTRATADA poderá requerer o reequilíbrio econômico financeiro ao contrato desde que devidamente comprovado, por processo próprio, desde que hajam fatores supervenientes que causem impacto na continuidade do serviço, onerando, demasiadamente, o qual deverá ser feito por termo aditivo em caso de sua ocorrência.

5.8 – Não será aceita a subcontratação do objeto, nos termos especificados no edital e no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.1 - O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser rescindido ou ter seu prazo prorrogado na forma do artigo 107 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS E PERIODICIDADE PARA O REAJUSTE

7.1 – O valor deste contrato é de **R\$ xxxxxxxxx ()**, estando inclusos neste todos os custos relativos à execução do objeto.

7.2. Os pagamentos dos serviços serão realizados de forma mensal, que será aferido mediante acompanhamento pelo fiscal do contrato que emitirá relatório de fiscalização indicando o recebimento do objeto contratual, possibilitando a sua liquidação, com apresentação da nota fiscal e dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista da contratada, conforme artigo 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. O pagamento será efetuado pela Prefeitura de Ibiraçu – ES até o prazo de 30 (trinta) dias depois da emissão da Nota Fiscal, que será realizado por meio de ordem bancária, cuja conta será indicada pela CONTRATADA.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie o saneamento, sendo que nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação de regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

7.5. No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos a CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC/IBGE de correção monetária.

7.6. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, após o interregno de um ano os preços iniciais serão reajustados mediante aplicação do índice INPC/IBGE acumulado no período de 12 (doze) meses.

7.7. O critério para o reajustamento no caso do presente contrato será em sentido estrito, conforme índice estabelecido na cláusula 7.6.

7.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.9. O reajuste será realizado por simples apostilamento, conforme preceitua o artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

7.10. No momento do pagamento será efetuado, pelo CONTRATANTE a retenção tributária prevista na legislação aplicável, salvo nas hipóteses previstas na Lei Complementar nº 123/2006, devendo ser comprovado por meio de documento próprio.

7.11. A presente contratação não admite a antecipação do pagamento, conforme artigo 145 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO



8.1. Depois de emitido a ordem de serviço, a CONTRATADA deverá iniciar a execução do objeto.

8.2. A execução do serviço será evidenciada mediante preenchimento de formulário próprio pelo fiscal do contrato, atestando o cumprimento integral do objeto, e observações, quando for o caso, assim como informar o recebimento definitivo, demonstrando a aptidão para a liquidação e pagamento.

8.3. Quando houver alguma irregularidade na execução do objeto, que configure recebimento provisória, o fiscal do contrato comunicará o fato ao gestor do contrato que notificará a empresa CONTRATADA, informando que haverá glosa em seu pagamento, devendo, para tanto, emitir a Nota Fiscal no valor indicado pelo fiscal e gestor do contrato.

CLÁUSULA NONA – DOS PRAZOS PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

9.1. A CONTRATANTE terá o prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, desde que devidamente justificado, a contar da data da solicitação pela CONTRATADA com o fornecimento dos documentos comprobatórios previsto no artigo 135, §6º da Lei nº 14.133/2021, para decidir sobre o pedido de repactuação e de equilíbrio econômico-financeiro.

9.2. O pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, nos termos do artigo 107 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. A CONTRATADA se obriga a aceitar as mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco) por cento do valor inicialmente atualizado, de acordo com o que preconiza o artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser modificados unilateralmente pela Administração, nas hipóteses do artigo 124, inciso I, e de acordo entre as partes, nas hipóteses do inciso II do mesmo artigo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS GARANTIAS E DO PRAZO MÍNIMO

10.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, conforme artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1. São obrigações do CONTRATANTE:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato administrativo;

b) Atestar o serviço no prazo e condições estabelecidas neste contrato administrativo;

c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

e) Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas no presente contrato;

f) Aplicar a CONTRATADA sanção motivada pela inexecução total ou parcial do contrato;

g) Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura de Ibiraçu – ES para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;



h) Explicitamente emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, que concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

i) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2. São obrigações da CONTRATADA:

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste contrato, assumindo exclusivamente como seu os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I – Manter preposto aceito pela Administração no local da execução do objeto para representá-la na execução do contrato;

II – A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pela Administração, desde que devidamente justificado, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

b) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior – artigo 137, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

c) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia, deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da Ata entrega dos bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

f) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao do fornecimento do bem, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal para execução do objeto.



- j) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- k) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- l) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- m) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, fornecimento do bem e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- n) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do instrumento congênere;
- o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- p) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação e na ata de registro de preços;
- q) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- r) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- s) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- t) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- u) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do artigo 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

12.4. A administração deverá ser informada no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do artigo 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do artigo 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



12.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame/contratação;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou execução do contrato;
- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do artigo 6º da LGPD.

14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em lei.

14.4. A administração deverá ser informada no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

14.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do artigo 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do artigo 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração Pública;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame/contratação;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou execução do contrato;



- i) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013;

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência: quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave – artigo 156, §2º da Lei nº 14.133/2021;
- b) Impedimento de licitar e contratar quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do item acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave – artigo 156, §4º da Lei nº 14.133/2021.
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do item acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave – artigo 156, §5º da Lei nº 14.133/2021;
- d) Multa:

I – Moratória não inferior a 0,5 (zero vírgula cinco por cento) até o limite de 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, e sendo reincidente de início será aplicado a multa no teto, ou seja, 30%.

II – Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

15.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

15.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º):

I - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

III - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

15.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

15.6. Na aplicação das sanções serão considerados, conforme artigo 156, §1º da Lei nº 14.133/2021:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

15.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato



ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

15.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

15.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

16.1. O contrato será devidamente extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

16.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando não houver créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

16.3. A extinção do contrato poderá ocorrer antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1. Os casos omissos serão dirimidos pelos termos de Edital, Contrato, da Proposta apresentada pelo Licitante, assim como o Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos artigos 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

18.2. Os acréscimos e supressões serão realizados de acordo com o disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, modificados unilateralmente pela Administração, nas hipóteses do artigo 124, inciso I, e de acordo entre as partes, nas hipóteses do inciso II do mesmo artigo, como mencionado na cláusula 9.3.

18.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração do termo aditivo, na forma do artigo 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá à CONTRATANTE a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021, em especial o artigo 94.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Ibiracú-ES.

Ibiracú - ES, xxxx de xxxxxxxxxxxx de 2025.



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI

Prefeitura Municipal
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATADA

Testemunhas:

1 - _____ CPF: _____

2 - _____ CPF: _____



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

- **A empresa**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediada na, através de seu representante legal infra-assinado **DECLARA**, para os devidos fins, que:
- Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de **habilitação** definidos no instrumento convocatório;
- **Declara, não emprega menor** de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII da Constituição Federal](#); **Ressalva:** emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. (.....).
- Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data **inexistem fatos supervenientes impeditivos** para a sua participação no presente processo licitatório
- Declaramos, para os fins de direito, e sob as penas da Lei, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, instaurado por esse órgão, que não fomos declarados **inidôneos** para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas e que não sofremos qualquer tipo de penalidade licitatória ou contratual de nenhum órgão público da Administração Pública brasileira, seja em nível Federal, Estadual ou Municipal.
- Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no [art. 1º, III e IV e no art. 5º, III da Constituição Federal](#);
- Declara, que cumpre as exigências de **reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), se licitante organizado em cooperativa.
- Declara, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#), se licitante enquadrado como **microempresa ou empresa de pequeno porte** ou sociedade cooperativa.

Ibiraçu/ES,de de 2025.

Nome e Assinatura do representante



ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Serviço de monitoramento de segurança eletrônica 24, manutenção dos equipamentos de segurança eletrônica e substituição de equipamentos.

Descrição detalhada:

Monitoramento 24 horas: O sistema de alarme deverá detectar 24h por dia qualquer tentativa de roubo, furto ou vandalismo. Sendo detectada qualquer tentativa, a empresa imediatamente deverá enviar ao local um veículo devidamente caracterizado com profissionais habilitados e treinados, para vistoriar as Unidades Escolares e a Secretaria Municipal de Educação no prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

Manutenção dos equipamentos de segurança eletrônica: A manutenção dos equipamentos de segurança eletrônica, deverão ser executadas sempre que constatado alguma anomalia, falha ou inoperância dos sistemas no prazo de até 24 horas após a constatação ou solicitado pelo responsável do setor correspondente.

Substituição dos equipamentos de segurança eletrônica: Sempre que necessário substituir os equipamentos de segurança eletrônica, a empresa deverá providenciar a troca dos mesmos até 24 horas constatado necessidade de substituí-lo.

Observações necessárias:

Obs-1: Nas escolas EMEI Gente Miúda, EMEUEF Padre Carlos Furbetta, EMPEIEF Pendanga e EMEIEF Vereador Leandro Zinger a empresa de monitoramento poderá acessar as câmeras remotamente para fazer a vistoria virtual;

Obs-2: Na escolas EMEI Gente Miúda, EMEUEF Padre Carlos Furbetta, EMPEIEF Pendanga e EMEIEF Vereador Leandro Zinger a empresa de monitoramento poderá acessar as câmeras remotamente para fazer a vistoria virtual.

ITEM	UNIDADE (LOCAL)	QUANT.	VALOR MENSAL	VALOR EM 12 MESES DE CONTRATAÇÃO
01	CEI BRANCA DE NEVE	01		
02	CEI CHAPEUZINHO VERMELHO	01		
03	EMEF ERICINA MACEDO PAGIOLA	01		
04	EMEIEF MARIA LUCAS GOMES	01		
05	EMPEIEF PENDANGA	01		
06	CEI CACHINHO DE OURO	01		
07	EMEI GENTE MIÚDA	01		
08	EMEF PADRE CARLOS	01		
09	EMEIEF VEREADOR LEANDRO ZINGER	01		
10	EMEI DANIEL COMBONI	01		
11	EMEIEF ELZITA BARBARIOLI	01		
12	ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI	01		
13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEME)	01		



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

VALOR TOTAL DO SERVIÇO CONTÍNUO:

Serviço de instalação, reinstalação, ampliação e substituição de equipamentos de segurança eletrônica.

Descrição detalhada:

INSTALAÇÃO

Trata-se da instalação dos equipamentos de segurança eletrônica.

REINSTALAÇÃO

Trata-se da ativação dos equipamentos de segurança eletrônica existentes no local.

AMPLIAÇÃO

Trata-se da ampliação do número dos equipamentos de segurança eletrônica.

SUBSTITUIÇÃO

Trata-se da colocação de um novo equipamento para substituir um antigo que já não atende mais a demanda ou que está danificado.

Observações: Os equipamentos necessários para os serviços a serem executados serão listados abaixo por unidade escolar/local de referência.

ITEM	SERVIÇO/LOCAL	UNID.	VALOR POR SERVIÇO/LOCAL
14	INSTALAÇÃO/CEI CHAPEUZINHO VERMELHO	SERVIÇO ÚNICO	
15	REINSTALAÇÃO/ ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI	SERVIÇO ÚNICO	
16	REINSTALAÇÃO/ VEREADOR LEANDRO ZINGER	SERVIÇO ÚNICO	
17	AMPLIAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEME)	SERVIÇO ÚNICO	
18	SUBSTITUIÇÃO/ CEI BRANCA DE NEVE	SERVIÇO ÚNICO	
19	SUBSTITUIÇÃO/ EMEI DANIEL COMBONI	SERVIÇO ÚNICO	
20	SUBSTITUIÇÃO/ EMEIEF ELZITA BARBARIOLI	SERVIÇO ÚNICO	
21	SUBSTITUIÇÃO/ EMEF ERICINA MACEDO PAGIOLA	SERVIÇO ÚNICO	
22	SUBSTITUIÇÃO/ EMEF PADRE CARLOS	SERVIÇO ÚNICO	
23	SUBSTITUIÇÃO/ EMEIEF MARIA LUCAS GOMES	SERVIÇO ÚNICO	
VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS ÚNICOS:			

Equipamentos para realização dos serviços únicos por Escola.



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

Para a realização dos serviços de instalação, reinstalação, ampliação e substituição serão necessários os equipamentos listados abaixo por unidade escolar/local.

INSTALAÇÃO/CEI CHAPEUZINHO VERMELHO

ITEM	EQUIPAMENTOS	QTD	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
24	CENTRAL DE ALARME MONITORADA 18 SETORES	01	UND		
25	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
26	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	03	UND		
27	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	09	UND		
28	CONECTOR RJ-45 CAT5E	02	UND		
29	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	50	METROS		
30	CABO PARA ALARME 40X4	400	METROS		
31	CONTROLE REMOTO	03	UND		
32	SIRENE 105DB - 12V	02	UND		
33	RECEPTORA	01	UND		

REINSTALAÇÃO/ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI

34	SWITCH 8 PORTAS 10/100 MBPS	01	UND		
35	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	10	METROS		
36	CENTRAL DE ALARME MONITORADA 18 SETORES	01	UND		
37	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	02	UND		
38	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	08	UND		
39	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	12	UND		
40	CABO PARA ALARME 40X4	900	METROS		

REINSTALAÇÃO/ VEREADOR LEANDRO ZINGER

41	CONECTOR RJ-45 CAT5E	02	UND		
42	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	10	METROS		
43	CENTRAL DE ALARME MONITORADA 18 SETORES	01	UND		
44	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	500	METROS		
45	NOBREAK 700VA BIVOLT	01	UND		

AMPLIAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (SEME)

46	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
47	CAMERA IP 30MT	01	UND		
48	FONTE AC/DC 12V 2AMP	01	UND		
49	NOBREAK 700VA BIVOLT	01	UND		



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

50	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	30	METROS		
SUBSTITUIÇÃO/ CEI BRANCA DE NEVE					
51	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO/ EMEI DANIEL COMBONI					
52	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO / EMEF ERICINA MACEDO PAGIOLA					
53	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	09	UND		
54	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO// EMEIEF MARIA LUCAS GOMES					
55	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	03	UND		
56	CABO PARA ALARME 40X4	150	METROS		
57	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO / EMPEIEF PENDANGA					
58	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	30	METROS		
59	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	01	UND		
60	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	08	UND		
SUBSTITUIÇÃO / CEI CACHINHO DE OURO					
61	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO / EMEIEF ELZITA BARBARIOLI					
62	CABO DE REDE CAT5 100% COBRE	05	UND		
63	CABO PARA ALARME 40X4	15	METROS		
64	CONECTOR RJ-45 CAT5E	02	UND		
65	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	09	UND		
66	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	06	UND		
67	SIRENE 105DB – 12V	02	UND		
68	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	02	UND		
SUBSTITUIÇÃO / EMEI GENTE MIÚDA					
69	SENSOR PASSIVO DE ÁREA SEMI-ABERTA	01	UND		
70	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	04	UND		
71	CABO COAXIAL 95% 750 HM	20	METROS		
72	CAMERA VHD 20 METROS FULL COLLOR	01	UND		
73	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
SUBSTITUIÇÃO / EMEF PADRE CARLOS					
74	SENSOR PASSIVO DE ÁREA FECHADA	04	UND		
75	VHD 1220 FULL COLLOR	02	UND		



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

76	BATERIA SELADA 12V - 07AMP	01	UND		
VALOR TOTAL DOS EQUIPAMENTOS:					

OBS: Por se tratar de Pregão Eletrônico os preços unitários estarão disponíveis plataforma eletrônica que será realizado o certame.

DADOS DA PROPONENTE:

Nome:

Razão social:

CNPJ nº:

Banco: Agência nº: Conta nº:

Endereço completo:

Telefones:

E-mail:

Ibiraçu/ES, De De 2025.

Nome e Assinatura do Representante



ANEXO V

MODELO DE TERMO VISITA TÉCNICA

TERMO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____ (razão social da licitante), inscrita no
CNPJ sob o número _____, sediada no endereço
_____ (citar endereço completo),
declara, para fins de participação no presente processo licitatório nº _____, que o Sr.
_____, Responsável Técnico da Empresa, vistoriou nesta data as
dependências _____, onde tomou conhecimento das
condições do local onde deverá ocorrer a prestação de serviços.

Ibiraçu, ____ de _____ de 2025

Assinatura do Responsável Técnico da Empresa
Nome completo do Responsável Técnico da Empresa
Número da Carteira de Identidade ou CREA

Assinatura do Dirigente da Unidade Escolar
Nome completo do Dirigente da Unidade Escolar
Número da Carteira de Identidade



ANEXO VI

MODELO DE DISPENSA DA VISITA TÉCNICA

DISPENSA DA VISITA TÉCNICA

A empresa _____ (razão social da licitante), inscrita no
CNPJ sob o número _____, sediada no endereço
_____ (citar endereço completo),

DECLARA, para fins de participação no presente processo licitatório Pregão Eletrônico nº XXX/2025,
que não realizou a VISITA TÉCNICA para conhecimento das condições do local onde serão executados os
serviços.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, de que temos pleno conhecimento das condições e
peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e
informamos que não utilizaremos para qualquer questionamento futuro que ensejam avenças técnicas
ou financeiras, isentando a Prefeitura Municipal de Ibiraçu, de qualquer reclamação e/ou reinvidicação
de nossa parte.

Ibiraçu, ____ de _____ de 2025.

Nome e Assinatura do Responsável Técnico da Empresa